

NOÇÕES DE TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA: DESAFIO ÉTICO-POLÍTICO PARA O SERVIÇO SOCIAL

Antônia Lúcia Silva de Almeida

Assistente Social, Especialista em Assistência Social e Família, Mestranda no programa de pós-graduação em Serviço Social e Família na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, bolsista do CNPq.

Milane Lima Reis

Assistente Social, Especialista em Gerontologia Social, Mestranda no programa de pós-graduação em Serviço Social e Família na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, bolsista da CAPES.

RESUMO

Este trabalho aponta algumas reflexões acerca da contribuição do assistente social no trabalho com as desigualdades vivenciadas na Amazônia. Apresenta-se como imperativo para o debate acadêmico e como subsídio para a prática profissional do Serviço Social nos dias atuais em razão das inúmeras desigualdades vivenciadas por esta população. Neste contexto, propõe-se uma leitura sobre a importância de se considerar a participação das populações amazônicas como sujeitos no processo de criação/implantação e controle das Políticas Públicas, adaptadas para o trato da questão social na Região.

Palavras chaves: Serviço Social; Trabalho; Questão Social.

ABSTRACT

This paper provides some reflections on the contribution of social work with inequalities experienced in the Amazon. It is presented as imperative for the academic debate and as an aid to the professional practice of social work today because of the many inequalities experienced by this population. In this context, we propose a reading on the importance of

considering the participation of the Amazonians as subjects in the process of creation / implementation and control of public policies, adapted to the treatment of social issues in the region.

Keywords: Social Service; Work; Social Matter.

INTRODUÇÃO

Falar sobre a realidade Amazônida é sempre um desafio, pois não podemos deixar de evidenciar o cenário contraditório a que está imerso esta Região, o qual de um lado apresenta um imenso território constituído de riquezas naturais, representado por seus ecossistemas, pela sua imensa floresta e sua bacia hidrográfica. E, por outro lado, mesmo rodeada por essa exuberante riqueza, convive uma população empobrecida, excluída do acesso e/ou com atendimento precário as políticas sociais.

Pode-se inferir que este caráter contraditório de realidades sobrepostas refere-se ao descompasso presente entre as políticas desenvolvimentistas direcionadas a região e as demandas da população local. Projetos mirabolantes são elaborados e encaminhados a Região sem, no entanto, considerar as particularidades locais e também não priorizando as reais necessidades das populações nativas (indígenas, brancos e negros), com formações socioculturais diversificadas.

Este contexto reflete também a ausência de uma política de Estado voltada à Região que implique na valorização dos recursos naturais renováveis e não-renováveis de modo a mitigar os impactos ecológicos, principalmente no que corresponde à degradação ambiental e a escassez dos recursos naturais, numa postura ética com as populações diacrônicas e sincrônicas.

Ressalta-se que o modelo de desenvolvimento, as tecnologias e as relações capitalistas de trabalho, proposto à Amazônia acompanham a lógica do sistema capitalista globalizado, neoliberal, socialmente excludente e marcado pelo alto consumo e desperdício das classes mais abastadas da sociedade. Isso fica premente quando se observa os diversos projetos implementados na Região cujo foco, pelo menos na intenção explicitada, era de promoção do desenvolvimento local, mas que fracassaram por não atentarem para as especificidades da Região.

Diante desse cenário dualista é importante problematizar sobre que parte dessa realidade, ou melhor, qual a imagem que está sendo reproduzida sobre a Amazônia, principalmente em torno da temática sustentabilidade, questão socioambiental, desenvolvimento sustentável, dentre outros. Esse quadro expressa as múltiplas manifestações “questão social” na Amazônia, exigindo o rompimento com modelos extremistas, balizados nas relações de favor, de dependência e de recusa de responsabilidades por parte do Estado, evidenciando a necessidade de luta por direitos sociais, bem como de organização sociopolítica das comunidades locais em torno da questão “trabalho”.

Neste sentido, com o propósito de colaborar na produção de novos conhecimentos e produzir subsídios qualificados para as discussões sobre as desigualdades sociais e a questão do “trabalho” do assistente social na Amazônia, este artigo levanta algumas propostas de intervenção para o profissional de Serviço Social, as quais não se encerram aqui, mas buscam propiciar a legitimação e ampliação da atuação desse profissional.

As especificidades da Região apresentam desafios complexos e demandas particulares ao exercício profissional, representando um campo aberto de possibilidades para a práxis profissional. Neste sentido, a questão social na Amazônia desafia o Serviço Social a apreender a dinâmica da realidade e suas contradições, exigindo compromisso ético e leitura crítica do contexto numa perspectiva dialética de articulação da realidade global e local.

1. Breve discussão sobre “Trabalho” e “Questão Social” na Amazônia

Ao longo do processo histórico o trabalho vem se apresentando de diversas formas nas relações sociais, numa busca de concretizar a produção e a reprodução do ser social, numa posição teleológica entre o homem e a natureza. Esse ato do homem transformar a natureza é o trabalho.

Para Marx(1988, vol. I: 142), o trabalho é um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Segundo Engels, (2004 *apud* NoGUEIRA, 2006) o homem não só transforma a natureza de acordo com seus interesses, mas também em grande medida a domina. Neste aspecto podemos afirmar que a diferença na relação homem-natureza, é especificamente porque a ação humana é projetada

na consciência antes de construir na prática objetivamente ou materialmente. E ao transformar a natureza, os homens também se transformam.

Questiona-se: se os homens são os artífices de sua própria história, por que eles não têm sido capazes de construir uma sociedade verdadeiramente humana? Para Lessa (2008, p.13), existem duas respostas para essa questão: a conservadora afirma que o homem é essencialmente burguês, pois é sempre dominado pelo espírito de acumulação privada de riqueza. A história nada mais seria que a afirmação desse individualismo em diferentes situações, sendo a melhor sociedade possível, a capitalista; a segunda resposta é a dos revolucionários, os homens são individualistas porque a sociedade burguesa os fez assim, e não porque sejam bons ou ruins por natureza. Afirmam eles que não é só possível, mas também necessário, que a humanidade se emancipe da exploração e da opressão. E a única forma de evitá-la é superar as desumanidades da sociedade capitalista.

O trabalho, portanto é o centro do processo de humanização do homem, é através dele que ocorre a busca pela produção e reprodução da vida em sociedade, ao criar e recriar a própria sociabilidade do ser, a partir da divisão do trabalho.

O trabalho é uma categoria fundante do ser social, pois é por intermédio dele, que a prévia-ideação se objetiva e se aliena em objetos que são ontologicamente distintos de si mesmo. Isto quer dizer que a consciência pode impulsionar a realização da transformação da prévia-ideação em objeto concreto, ao ultrapassar a simples adaptação ao ambiente. (Nogueira, 2006, p. 163)

A evolução humana em sociedade tem por finalidade responder às necessidades do próprio ser. Para Marx, a práxis humana é a única forma onde se consegue fazer uma demonstração ontologicamente verdadeira de um “pôr teleológico”, como momento efetivo da realidade material. (Apud Nogueira, 2006, p. 147)

Em sua origem primária, o trabalho tem uma intencionalidade voltada para o desenvolvimento da condição humana do homem em seu sentido abrangente, sendo que a posição teleológica secundária, supõe a interação entre os seres sociais, como práxis interativa e intersubjetiva, mas que se constituem como complexos que ocorrem a partir do trabalho. (Antunes, 1999,p.146)

A sociedade capitalista é por natureza excludente, com seus impactos devastadores sobre o trabalho, transformando suas relações em prestação de serviços, trabalho precário e autônomo; perda dos padrões de seguridade social, dentre outros. Cocco (2000, p.96) afirma que a partir da mobilidade territorial e social das forças de trabalho, o “sonho do

capital nos anos 70 era exatamente o de ter uma fábrica sem operários”. Assim ao propiciar a condição de pobreza, exclusão e subalternidade, o capitalismo determina a concentração de renda e riqueza de forma desigual.

Socialmente podemos afirmar que não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais. Geralmente o que observamos são discussões onde a “miséria”, a “pobreza” e a “ignorância”, parecem estados de natureza, ou de responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto, ou seja, ocorre uma naturalização da questão social.

O problema da pobreza e da exclusão social como resultantes da questão social, requer uma reflexão sobre o precário sistema de proteção social público no país, particularmente sobre as Políticas Públicas, num Estado que defende os mínimos sociais em prol das necessidades básicas, conforme prescrito na LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social – 1993).

Segundo Scherer(2009, p. 142), a distância entre ricos e pobres é abissal na realidade do Amazonas, posto que em 2000, o IDHM de Manaus era de 0,774, que se apresenta de forma espacialmente diferenciada:

No bairro de São José na zona leste, especialmente em Nova Vitória, onde concentra famílias pobres que vivem sem nenhuma infra-estrutura urbana e bens de consumo coletivo, o IDHM é de 0,660 quase próximo aos municípios de Pauini, Itamarati, Guajara, e Ipuxuna no Estado do Amazonas, considerados os municípios mais pobres do Brasil. Em contraste encontra-se o Bairro Vieiralves, com o IDHM de 0,941, quase equivalente em termos de Desenvolvimento Urbano dos países ricos da Europa ocidental(ATLAS MUNICIPAL, 2006).

Portanto, enfrentar esses desdobramentos das desigualdades sociais significa trabalhar com políticas públicas que visem à justiça social, a partir do papel do Estado, a fim de que não ocorra apenas a “gestão da pobreza”, mas principalmente que se materialize a elaboração, implementação e execução de programas sociais (municipal e Federal), comprometidos com as especificidades da região amazônica e não apenas uma tentativa de resolver as desigualdades sociais com políticas compensatórias.

Conforme o IPEA, 60 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza (80 reais por mês) e dentre estes 24 milhões encontram-se abaixo da linha de indigência, isto é, com 40 reais por mês. Portanto, a pobreza é considerada um fenômeno multidimensional, onde, a inclusão muitas vezes se faz pela exclusão, pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. Questiona-se: que cidadania é essa, que exclui para poder incluir, num cenário onde o acesso ao trabalho formal é cada vez mais desigual?

Pobreza, exclusão e subalternidade são produtos dessas relações, nas quais se visualiza a ausência de atores que lutem por uma nova ordem societária, onde não ocorra a dominação e a exploração de uma classe sobre a outra. Sociedade esta que vem produzindo e reproduzindo a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, colocando as pessoas pobres como párias sociais, numa pluralidade de desigualdades, injustiças e opressões.

Sendo assim, a desigualdade é um fator que atravessa a realidade da população amazonense, principalmente a desigualdade de renda, onde muitos são extremamente desfavorecidos pelo capital e poucos são extremamente favorecidos, De acordo com os indicadores sociais 68% da renda produzida fica nas mãos dos 20% mais ricos, enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 1,6% da renda produzida, assim caminha lado a lado, riqueza e pobreza, luxo e miséria, exploradores e explorados.

Hélio Jaguaribe (2000, p. 101), coloca que “a sociedade brasileira se caracteriza pela maior discrepância existente no mundo entre seus indicadores econômicos e seus indicadores sociais”, desta forma o autor vem afirmar que de um lado temos uma sociedade econômica moderna e do outro lado uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social.

Esta afirmação se confirma ao constatar-se que o Brasil tem assumido há alguns anos a liderança entre os países da América Latina, como o país que tem a pior distribuição de renda do continente, sendo seguido algumas vezes pela Colômbia. Segundo Cattani (2005, p.56), “um dos elementos centrais nos processos de produção e de reprodução da desigualdade é, justamente, a distribuição de renda”.

De acordo com os dados da PNAD de 2007, constata-se que de 2001 e 2007, o coeficiente de Gini passou de 0,593 para 0,552. Apesar disto a desigualdade de renda no país ainda permanece bastante elevada, pois, a parcela de renda apropriada pelos 50% mais pobres é pouco mais elevada que a parcela apropriada pelo 1% mais rico. Além disto, os dados também nos revelam que a quantidade da renda apropriada pelos 10% mais ricos representa mais de 40% da renda total, enquanto que a parcela apropriada pela metade mais pobre representa apenas 15% da renda total, ou seja, continua existindo uma grande disparidade de renda, apesar de toda a exaltação por parte do governo sobre a redução da pobreza no país.

É importante destacar, que discutir a pobreza exige considerá-la de forma ampla e profunda, pois, olhá-la apenas sob um ângulo, é reduzir sua compreensão e as considerações que a envolvem como também a possibilidade de confrontá-la e superá-la. Portanto, é relevante analisá-la em suas dimensões econômica, social e política, assim como empreender novos parâmetros teóricos que possibilitem explicar este fenômeno levando-se em consideração suas diversas formas e manifestações. Para Yazbek (2001, p.82), “a pobreza é fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças”.

Sendo que, é a expansão capitalista que cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente de instabilidade social no âmbito da categoria “não-trabalho”. E alguns economistas chegam até a afirmar que pode ocorrer o “fim da sociedade do trabalho”, tendo em vista o crescente número de famílias que sobrevivem do trabalho precarizado, sujeitos a todo tipo de interpéris quanto à saúde, a alimentação insuficiente, a falta de moradia, dentre outras, que expressam o quanto a sociedade pode banalizar a pobreza, naturalizando-a como questão social.

Neste sentido, grande parte dos brasileiros torna-se alvo de ações solidárias e da filantropia, através de ONGs, que funcionam sem a devida responsabilidade e contribuição do Estado e do capital, numa realidade onde as desigualdades, expressas na pobreza, na exclusão e na subalternidade, são sequelas da crise da reestruturação do processo de acumulação do capital globalizado, da desestabilização da economia estatal, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora, principalmente no âmbito do trabalho formal e legalizado.

Frente a esta conjuntura de crise e mudanças, as Políticas Públicas e as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto ao emprego formal, geralmente são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social, acentuando seus traços de improvisação e inoperância na universalização do acesso a serviços e direitos humanos, bem como na condição de cidadão-trabalhador.

Neste contexto, a globalização está gerando cada vez mais exclusão, posto que as pessoas geralmente não conseguem entrar no mercado de trabalho, devido a ausência de capacitação. E como obtê-la se as novas tecnologias e os meios de comunicação excluem o cidadão-pobre das redes virtuais?

Às políticas públicas, infelizmente, também enfrentam o fenômeno da pobreza, de forma focalista, aprofundando a exclusão da população e aumentando ainda mais sua condição de vulnerabilidade. Assim sendo, a seguridade social vai sendo afetada pelo corte de gastos sociais, consolidando a separação entre mercado e direitos, numa profunda disparidade do âmbito econômico para o social, onde a questão social tende a ficar fora da responsabilidade e intervenção do Estado.

Frente esta realidade, o embate que trava o assistente social na construção de um projeto ético-político na direção de um projeto societário é um grande desafio, pois tem que trabalhar com os limites e principalmente com as possibilidades frente à reprodução ampliada das contradições sociais, pois não há rupturas no cotidiano sem resistência, sem o compromisso de construir e reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o caráter público do direito ao trabalho.

2. Enfrentando a questão social na Amazônia: perspectivas de trabalho do Serviço Social.

O Serviço Social sendo considerado trabalho, portanto, inserido em processo de trabalho, materializa-se sob a forma de serviços e produtos, interferindo na produção e reprodução material da força de trabalho. Neste sentido, Iamamoto (2005, p.22) aduz que o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade.

Por atuar na dinâmica societária o objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social, caracterizada pelas múltiplas expressões das desigualdades sociais que perpassam a sociedade. Sendo assim, intervêm no campo dos direitos sociais, na área de família, idoso, criança e adolescente, gênero, do trabalho e do não-trabalho, da saúde, da educação, das questões ambientais, entre outras formas de violação do exercício da cidadania, na perspectiva de ampliação de direitos (CAVALCANTE; REIS & GOMES, 2010).

Iamamoto (2004, p. 272) sustenta que um dos maiores desafios impostos ao profissional de Serviço Social na atualidade concentra-se na necessidade deste profissional apreender as particularidades dos processos de trabalho, decifrá-los em suas distintas feições, adquiridas em várias circunstâncias, dentro de seus limites e possibilidades para o exercício profissional. E o conhecimento das condições de vida dos sujeitos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminada por uma perspectiva

teórica crítica, possibilitam apreender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social.

Assim, o profissional do Serviço Social tem como desafio em sua prática os desdobramentos da questão social que passam a compor o cenário do “não trabalho” e que vem criando uma lacuna entre as condições de vida de todos os trabalhadores e em específico os da região amazônica. Uma vez que com a reestruturação produtiva vem crescendo um índice de desempregados que procuram buscar novas estratégias para manter a sua sobrevivência a partir da eliminação dos postos de trabalho seja no chão de fábrica, seja nos níveis intermediários.

Desta forma, ao analisar a prática do assistente social, é necessário considerar as bases teórico-metodológico, técnicas e ético-política, que norteiam as habilidades deste profissional, bem como as condições de luta nos espaços ocupacionais com as normas e regras institucionais. Destaca-se que, esta prática ocorre no bojo das relações sociais, as quais se modificam historicamente, conforme a correlação de forças dentro de cada sociedade.

É de suma importância à identificação da realidade na qual o profissional irá intervir, de modo a decifrar as particularidades da questão social, bem como suas nuances na vida dos sujeitos sociais, buscando responder aos desafios propostos à categoria frente à trama da realidade vivenciada na contemporaneidade.

Neste âmbito, cabe ao profissional de Serviço Social atuar na viabilização do acesso da população a bens e serviços públicos, buscando a garantia, legitimação e ampliação dos direitos de cidadania. Além desse desafio, sua contribuição situa-se na formação, mobilização e participação da sociedade na elaboração, gestão, no processo de tomada de decisão e na avaliação das políticas sociais, exercendo a cidadania e o alcance de uma sociedade mais justa e igualitária quanto à questão do “direito ao trabalho formal”.

O Assistente Social também intervém junto aos aspectos sociais, culturais e econômicos, estabelecendo um diálogo entre as políticas públicas e a população em geral, visando interferir nas externalidades produzidas pelos impactos sociais, resultantes do processo de desenvolvimento capitalista. A partir dessa perspectiva, busca assegurar os direitos dos atores sociais envolvidos, no sentido de identificar os recursos e de fazer usos dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos, conforme norteia o Código de Ética da Profissão (CAVALCANTE; REIS & GOMES, 2010).

Dentre as exigências do mercado de trabalho cabe a este profissional ter o compromisso de buscar estratégias que venham atender as novas formas de gestão da força de trabalho dentro de um mercado flexível. Isto se inscreve como um dos desafios atrelados a capacidade de articular sua bagagem teórico-metodológica acumulada com o seu arsenal técnico-operativo e ético-político, em função das particularidades de seu objeto de trabalho na Amazônia.

Portanto, o exercício profissional deve acompanhar a dinâmica das inter-relações entre o Estado, Mercado e a Sociedade Civil, fazendo-se necessário que o assistente social assuma em seu cotidiano uma prática pedagógica e ressocializadora, atendendo os *stakeholders* de acordo com as necessidades de (re)produção da vida social.

O Serviço Social na Amazônia tem sua especificidade a partir da dinâmica local no que tange a dinamizar a ampliação de conhecimentos sobre a questão da sustentabilidade que cada vez mais assume um espaço no cenário do mundo do trabalho em âmbito local. Parece ser algo novo mais que já está inserido na realidade amazônica e que traz ao profissional uma cultura interdisciplinar para buscar alternativas na elaboração de propostas implementadas, por meio de programas e projetos, a partir de contribuições que incluam o desenvolvimento de ações socioeducativas voltadas à organização e participação na gestão comunitária e representativa.

Assim, mediante a participação coletiva dos sujeitos envolvidos nesse processo, o profissional pode valorizar e arregimentar forças sociais para a elaboração de estratégias que propiciem a superação da exclusão social e da ausência e/ou precarização do acesso ao mercado de trabalho, bem como aos bens e serviços sociais da população local.

Nesta perspectiva, o assistente social pode potencializar o diálogo, a cooperação e a consolidação de um compromisso ético com as populações empobrecidas, que vivem isoladas, esquecidas na zona urbana e rural da Amazônia. Acredita-se que é a partir da consideração de sua particularidade e do respeito a suas diversas formas de saber e cultura é que se devem construir mecanismos que viabilizem a alteração desse quadro dualista que perpassa o cotidiano da população.

É importante destacar, que discutir a pobreza exige considerá-la de forma ampla e profunda, pois, olhá-la apenas sob um ângulo, é reduzir sua compreensão e as considerações que a envolvem como também a possibilidade de confrontá-la e superá-la. Portanto, é relevante analisá-la em suas dimensões econômica, social e política, assim como empreender novos parâmetros teóricos que possibilitem explicar este fenômeno

levando-se em consideração suas diversas formas e manifestações. Para Yazbek (2001, p.82), “a pobreza é fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças”.

É na luta contra as privações do mínimo necessário para a sobrevivência que famílias inteiras saem de seu lugar de origem, no entanto, este processo acarreta uma série de mudanças que são experimentadas no cotidiano. O modo de vida da família rural regulado pelas leis da natureza passa a ser conduzido pelas leis do mercado e do consumo, característico do meio urbano.

No meio rural a subsistência familiar é assegurada através do trabalho coletivo na roça e na pesca. Estas atividades laborais são condicionadas pela dinâmica da natureza, ou seja, pelo ciclo das águas (enchente e vazante) que regula tanto o plantio quanto a pesca. Apesar de ocorrer a comercialização de alguns produtos, em especial no período da cheia quando aumenta a quantidade de peixes, a produção visa atender primordialmente a subsistência diária do grupo familiar. Segundo Chaves e Rodrigues (2004, p.75), “a produção na agricultura familiar, praticada pelas populações nativas da região, bem como suas relações, escapam ao terreno estrito do mundo da eficiência econômica”.

A cidade obriga estas famílias a reconstituir seu modo de vida. Apesar da subsistência ainda ser assegurada pelo trabalho de todos os membros adultos da família, esta subsistência passa a ser garantida pelo trabalho individualizado, ocorrendo em espaços e ocupações diferenciados.

A qualificação exigida pelo mercado de trabalho na atualidade é uma das principais dificuldades encontradas por estas famílias na cidade. Diferentemente da época da implantação do distrito industrial na cidade Manaus, quando eram admitidos trabalhadores sem qualificação ou semi-qualificados para atuarem nas fábricas, o mesmo não ocorre neste início de século. Segundo Scherer (2004), busca-se um trabalhador com um novo perfil: polivalente, multifuncional, consciente e responsável, além disto, idade e escolaridade são outros critérios decisivos para a admissão contratual, excluindo milhares de pessoas do mercado de trabalho.

Frente a esta realidade, o trabalho informal torna-se uma alternativa (ou a única) de se obter alguma renda. A inserção no mercado informal não ocorre por uma escolha ou por opção, mais sim, pela necessidade imposta pelo mercado. Estes trabalhos, como: ambulantes, camelôs, entre outros, caracterizam-se por longas jornadas de trabalho, por baixo ganhos mensais e incertos e pela falta de direitos sociais e trabalhistas. Neste

contexto, Scherer (2004, p.132) afirma que o mercado de trabalho informal “é o desagouro de toda força de trabalho relegado pelo setor produtivo”.

Frente a esta realidade, Netto (1999) levanta a necessidade do assistente social mobilizar a participação, a emancipação e o empoderamento dos sujeitos, priorizando sua autonomia, liberdade e plena expansão dos seus direitos. Norteados por esses princípios, o profissional deve valorizar o protagonismo dos sujeitos, possibilitando-lhes uma interpretação crítica da realidade vivenciada, fortalecendo-os no exercício de sua cidadania e (re) construção de sua história.

O autor ainda destaca que além de valorizar os sujeitos, há necessidade de estimular uma consciência política e participativa pautada em princípios de legitimidade representativa, ou seja, a partir de sua visão de mundo, respeitando a diversidade de cada sujeito, de forma que se torne um protagonista social da sua própria realidade.

É importante lembrar que historicamente o Estado brasileiro manteve como paradigma compensatório um tratamento dado as políticas públicas em geral. E que, a questão social era tratada como um caso de polícia. (Iamamoto, 1995)

O caráter interventivo frente a este objeto justifica-se não somente pelo número crescente de casos sociais que necessitam de intervenção na área de acesso ao direito ao trabalho legal, mais também porque a conjuntura de crise advinda da economia neoliberal, os impactos causados pelo sistema capitalista nas relações familiares e trabalhistas e os reflexos da violência e da exploração sobre a vida dos cidadãos brasileiros, são expressões da questão social que requerem a investigação, a pesquisa e a intervenção do assistente social.

Enfim, o Assistente Social inserido na divisão social do trabalho deve compreender as transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho, bem como seu projeto Profissional precisa incorporar as lutas populares, para compreender que “as pessoas não podem ser sacrificadas em nome da reestruturação produtiva.”(Oliveira, 1999)

Sendo um dos grandes desafios mediar a “questão social” com a bagagem teórico-metodológico, técnico-operativas e ético-político do trabalho profissional, em função das particularidades de seu objeto de trabalho na Amazônia. Desta forma, faz-se necessário que este profissional inclua em suas práticas um caráter pedagógico e ressocializador, infundindo uma ética de sociedade que conduza a uma nova conduta individual, familiar e coletiva, de acordo com as necessidades de (re)produção da vida social, a partir do direito ao trabalho.

Considerações

É este cenário, aqui apresentado, que constitui o objeto de trabalho do profissional de Serviço Social na Região. Toda a cartografia social explicitada impõe desafios, limites, mas também possibilidades de trabalho que devem ser impulsionadas e valorizadas no sentido de promover mudanças pautadas na sustentabilidade social, ambiental, política, cultural e econômica.

Fala-se em conservar o ambiente a fim de garantir que as futuras gerações possam usufruir deste ecossistema, mas vivencia-se uma economia selvagem e desigual, que desenvolve ações para estimular um avanço desordenado e com um impacto social, cultural e geográfico catastrófico que impossibilita até mesmo as gerações de hoje atender suas demandas.

Inscribe-se como basilar a criação e o respeito a princípios que venham garantir o manejo e gestão adequada dos recursos naturais, a partir de estratégias promotoras de bem-estar social e ambiental, priorizando-se a população nativa, tradicional e urbana, que no decorrer do processo de exploração e expropriação tornaram-se invisíveis para a sociedade. Isto representa milhares de brasileiros que estão imbricados nas florestas com os chavões de caboclo, ribeirinhos, quilombolas, índios, que não usufruem de políticas públicas como um direito e, em consequência, não exercem a sua cidadania.

É importante destacar o papel e a intervenção do Estado, seja por intermédio de gestores ou agências encarregadas de formulações de políticas públicas voltadas para povos tradicionais. Objetivando políticas públicas que primem em assistir, assessorar e garantir condições mínimas a partir da valorização dos conhecimentos tradicionais de modo consciente e fundamentado, garantindo autêntica manifestação de vontade.

Estas breves reflexões aqui expressas buscam salientar a importância de um olhar diferenciado para a Amazônia. É preciso enxergá-la e conhecer suas diversidades e particularidades, construindo possibilidades de superação da atual ordem, baseada em modelos insustentáveis que ignoram limite, tempo, diferenças e diversidades.

Neste âmbito, conclui-se que as políticas públicas na Amazônia, devem estar pautadas na promoção da sustentabilidade da região e na melhoria da condição de vida de sua população. Devem, portanto, ser estabelecidas como mecanismo de inclusão social, por meio de ações que privilegiem tanto o desenvolvimento econômico através do acesso ao ‘trabalho’, quanto o social e o ambiental. Para tanto, é importante ancorar-se em alguns aspectos, considerando: as *diferenças para socialização da riqueza social*, a *abertura de*

canais de participação da população local para que sejam observadas as reais demandas e necessidades dos diversos segmentos sociais, evidenciando as suas potencialidades.

Não se pretendeu, aqui, esgotar esse debate, mas se espera contribuir para uma reflexão para o encontro de propostas que conduzam à busca de alternativas que possam solucionar e/ou amenizar os problemas mais graves enfrentados pelas populações dispersas e esquecidas no interior amazônico.

Portanto, o assistente social encontra no cenário amazônico, inúmeras oportunidades de intervenção, fortalecidas pelo compromisso ético-político no exercício profissional e promoção da cidadania, numa realidade repleta de contrastes, garantindo que as políticas de desenvolvimento sustentável possam dar cobertura e também um ponto de partida para a consideração da limitação ecológica imposta pela natureza ao processo econômico de forma a respaldar o homem e suas futuras gerações.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, A. S; REIS, Milane; GOMES, Joselene. *Serviço Social e Questão Socioambiental na Amazônia*. In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS. Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como? Rio de Janeiro, CD Room, 2010.

CHAVES, Ma. Do P. SOCORRO & NOGUEIRA, Marinez Gil. **Desenvolvimento Sustentável e ecodeenvolvimento**. Somanlu, ano5,n.1, jan/junho. 2005

COCCO, Giuseppe. Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização. São Paulo, Cortez, 2000.

FALEIROS, V. DE P. **Fome, pobreza e exclusão social**: desafios para o governo e a sociedade. Ser Social 13:Revista do Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Vol.1, n.1(1 semestre). Brasília: UNB, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na **Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. Villela. *Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sócio jurídica*. In: MIONE, A.S; MAURILIO, C.M; e MARIA, C.L. (orgs). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

TORRES, Iraíldes Caldas. Noção de Trabalho e trabalhadores na Amazônia. In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do programa de Pós- Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 4, no. 2 Manaus: Edua, 2000.

IANNI, Octavio. **A Questão Social**. São Paulo em Perspectiva, v.5, n. 1, 1991.

LESSA, Sergio e Ivo Tonet. Introdução a Filosofia de Marx. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2008. 128 p.

NETTO, Jose Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1991.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O Trabalho Duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

OLIVEIRA, Simone Eneida Baçal de. A Prática Profissional do Assistente Social em Manaus: Análise e perspectivas. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SCHERER, Elenise. **Vulnerabilidade social na cidade de Manaus**: o avesso do progresso. In: SCHERER, Elenise. (org). Questão Social na **Amazônia**. Manaus: Edua, 2009.

SPOSATI. **A. Pobreza e desigualdade no século do desperdício**. In: DEBATES SOCIAIS. Inclusão Social: enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais (32. Conferências Internacional de Bem-Estar Social). Rio de Janeiro: CBCISS, 2006. (n.65/66. Ano XLI)

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social**. Revista em Pauta, Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. N.21-2008.